

A “capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877

Frederico de Castro Neves *

No Ceará, a “grande seca” de 1877 — ou a “seca-tipo”, como preferia Rodolpho Theophilo, seu grande cronista — marca uma inflexão nas relações entre uma cultura urbana que começava a tomar um significativo impulso e uma estrutura agrária de tipo tradicional que permanecia articulando as principais atividades econômicas do estado.¹

Pela primeira vez, a seca trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda e a “contaminar” a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus “vícios”, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização. A vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História Social (UFF).

¹ Entendo que a estrutura agrária de tipo tradicional se caracteriza por uma unidade familiar que é limitada à reprodução “simples ou simplificada do processo de produção”, e que se reduz a uma precária administração de condições mínimas de sobrevivência, ficando, assim, sempre sujeita a entrar em colapso com a chegada de qualquer alteração nos fatores de produção. A “lógica” dessa estrutura implica a permanente procura de uma “segurança alimentar”, uma garantia mínima de subsistência que pressupõe a constituição de uma ética “tradicional” que seleciona as opções técnicas disponíveis a partir do critério maior da segurança e da estabilidade. Ver Alf Schwarz, “Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa”, *Tempo Social*, v. 2, n. 1, São Paulo, 1990, pp. 75-114. Ver também James C. Scott, *The moral economy of the peasant*, London, Yale University Press, 1976, pp. 5-15.

Tempo, Rio de Janeiro, nº 9, pp. 93-111.

Ao mesmo tempo, também pela primeira vez, a seca investiu diretamente contra o mundo do poder instituído, avançou sobre o centro imaginário da sociabilidade moderna e atingiu o núcleo da aventura civilizatória que a elite fortalezense imaginava experimentar naquele momento. Assim, a seca ganha visibilidade quando “chega ao mundo dos proprietários” e “é transformada no *cavalo de batalha* de uma elite necessitada de argumentos fortes para continuar exigindo seu quinhão na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional”.²

O “mundo dos proprietários”, contudo, vivia momentos de euforia. A partir de 1870, a preocupação estética com o “aformoseamento” de Fortaleza traduzia uma sintonia das elites locais com as novas concepções sobre o espaço urbano como um espaço público a ser por elas usufruído — estruturado conforme a ótica burguesa de simetria, ordem e sofisticação. A necessidade de uma organização e uma disciplina deste espaço implicava a imposição de novas estratégias de ordenamento social e político. Assim, a remodelação da cidade não se constituía apenas numa técnica de planejamento urbano, mas numa mecânica de controle das atividades desenvolvidas pelos diversos grupos sociais, na qual não havia lugar para miseráveis em busca de uma mutualidade perdida.

Os planos de expansão projetavam Fortaleza em direção à civilização de modelo europeu, traçando geometricamente as ruas, praças e *boulevards*, pretendendo dar-lhe um ar de metrópole. A criação de asilos, hospitais, teatros e outras instituições que constituem o palco da vida urbana moderna foi pensada e planejada a partir destes anos. A contratação do arquiteto-engenheiro Adolfo Herbster pela Câmara Municipal tinha o claro objetivo de organizar o espaço urbano com vistas à sua adaptação aos novos tempos e estava em completa sintonia com os ideais de modernidade que percorriam os principais setores intelectuais da cidade. Os lucros do algodão ainda ressoavam nas empresas de comércio de importação e exportação, como a Boris et Frères, apesar do reinício da desfavorável concorrência com o sul dos Estados Unidos da América, cujas plantações foram reorganizadas depois da Guerra Civil.

² Durval M. Albuquerque Jr., “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”, *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 28, São Paulo, 1995, p. 120. Para uma interessante comparação com outras secas, ver também, do mesmo autor, *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino — de problema a solução*, dissertação de Mestrado em História apresentada à UNICAMP, Campinas, 1988, pp. 15-83.

Assim,

[...] o anno de 1877 veio encontrar a população do Ceará fruindo as venturas de um bem estar de trinta e dois annos.

Longe iam na memória de todos as scenas horríveis de 1845. Não se pensava que cedo ou tarde egual calamidade havia de voltar, que a secca, maldito legado do povo cearense, viria de novo cobril-o de lucto.³

O longo período de regularidade climática — o que significava pensar em abundância e, principalmente, em estabilidade social — fazia pensar que “o que se passou no anno de 1845 era um quadro lugubre apagado pelo attrito de seis lustros”.⁴ Neste momento, no entanto, a cidade ainda não se constituía no principal centro de afluência dos retirantes que haviam perdido suas colheitas de subsistência devido à irregularidade das chuvas. Algumas poucas famílias, mesmo assim, que já se “arranchavam nos matos”, foram alojadas em “grandes palhoças” construídas no “Campo d’Amélia”, onde receberam um punhado de farinha para tentar sobreviver. De resto, “fizeram-se preces, o governo remetteu esmolos, e ficou n’isso”.⁵

Assim, a chegada dos retirantes a Fortaleza — após um cortejo de misérias em que não faltam cenas de desespero, mortes, suicídios e antropofa-

³ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará (1877-1880)*, Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, p. 71. Sobre a cidade naquele momento, este farmacêutico ilustrado acrescenta uma apologia de sua organização e simetria (p.72): “com suas 45 ruas, largas, espaçosas, cortando-se em ângulos rectos, com suas 16 praças todas ornadas de frondosas árvores, com seus elegantes e numerosos edificios públicos, illuminada a gaz, abastecida d’agua, veio a ser uma das mais lindas cidades do Império.” Sobre a remodelação urbana de Fortaleza nos anos de 1870 a 1930, ver Sebastião R. Ponte, *Fortaleza Belle Epoque*, Fortaleza, Multigraf, 1993; e José L. de Castro, *Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1977. Sobre a importância das casas comerciais, ver Denise M. Takeya, *Europa, França e Ceará*, São Paulo, Hucitec, 1995, pp. 116-159. Sobre a presença de Herbster em Fortaleza, ver Berenice Abreu de C. Neves, *O engenheiro e a província: Adolfo Herbster e o Ceará na segunda metade do século XIX*, Fortaleza, biblioteca Carlos Studart do Museu do Ceará, 1993; e José L. de Castro, “Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza”, *Revista do Instituto do Ceará*, n. 108 (separata), Fortaleza, 1994. Além do sul dos EUA, outras áreas algodoeiras faziam concorrência ao Ceará: o Egito e a Índia. Coincidentemente, eram territórios de tradicional presença inglesa, cujas fábricas eram os principais consumidores deste algodão. Ver Gizafran N. M. Jucá, “À guisa de introdução — O espaço nordestino. O papel da pecuária e do algodão”, in Simone de Souza (coord.), *História do Ceará*, 2. ed., Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 20.

⁴ Ceará, *Falla com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Respectiva Assembléa no dia 2 de julho de 1877*, Fortaleza, Typographia D. Pedro II, 1877, p. 36.

⁵ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., pp. 71-72.

gia — provoca na população urbana e em suas autoridades uma reação dupla. De um lado, o pavor ante uma multidão que, aos poucos, vai tomando de assalto o espaço urbano tão cuidadosamente constituído. À “angustiosa expectativa” em que “viviam todos”, seguiu-se o pânico que “apoderou-se de todos os espíritos”. Segundo o censo de 1872, Fortaleza possuía uma população de 21 mil habitantes, que o historiador Raimundo Girão acredita ter sido acrescida de mais quatro mil até 1877; ele avalia, com base nos cálculos de Rodolpho Theophilo, que em setembro de 1878 havia 114 mil retirantes, que transformavam Fortaleza “na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino”.⁶ Outros centros enfrentavam o mesmo problema, como Aracati, cidade de cinco mil habitantes, que “estava comportando mais de 60.000”; Mossoró, no Rio Grande do Norte, com apenas quatro mil habitantes, atendeu a mais de 32 mil retirantes.⁷

De outro lado, a sensação de que aquela multidão de miseráveis agri-de a sensibilidade de uma elite urbana civilizada. Os pobres pedem esmolas, perambulam sem ocupação pelas ruas, utilizam as áreas públicas da cidade, como praças e ruas, e trapaceiam para obter maiores ganhos da caridade. Os jornais denunciam “esse espetáculo” da mendicância por ser “deponente contra os nossos costumes, além de ser, a maior parte das vezes, imoral e repugnante”. Theophilo, mais uma vez, horroriza-se com o aumento da criminalidade e da prostituição, bradando contra os “seductores que infestavam a deshoras os abarracamentos prostituindo até creanças de dez annos” e contra os “audazes rapineiros” que “penetravam ás vezes no mais recondito aposento para furtar”: “a cidade testemunhava scenas de anarchia”!

Entre esta onda maltrapilha vomitada pela miséria, se encontrava em muito pequena escala a pureza de costumes, a honestidade e a gratidão. O vício pa-

⁶ Raimundo Girão, *Evolução histórica cearense*, Fortaleza, BNB/ETENE, 1985, p. 201. Alguns chegam a falar em uma população de 180 mil pessoas em Fortaleza no ano de 1878. Ver, por exemplo, Francisco J. Pinheiro, “Ceará: seca e migração”, in Severino V. da Silva, *A Igreja e a questão agrária no Nordeste*, São Paulo, Paulinas, 1986, p. 34. O presidente da província, por seu turno, calculava em 220 mil os atendidos pelos socorros em 1878, nas cidades de Fortaleza, Maranguape, Acaraú, Baturité, Pacatuba e Aracati. Ver Ceará, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1º de Novembro de 1878*, Fortaleza, Typographia Brasileira, 1879, p. 42. Ressalte-se que nem todos os retirantes chegados a estas cidades eram incorporados aos serviços de socorro.

⁷ Felipe Guerra, “Sêcas do Nordeste”, in Vingt-un Rosado (org.), *Memorial da seca*, Mossoró, Coleção Mossoroense, 1981, p. 231. Ver também Itamar de Souza e João Medeiros Filho, *Os degredados filhos da seca*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1983, p. 52.

recia ter contaminado todos os famintos. Viam-se em todas as idades criaturas pervertidas.⁸

Assim, por tudo isso, a seca de 1877 assumia “não apenas o aspecto de flagelo público, mas também de estranha e dolorosa novidade”, pois, “para a geração que tinha, então, o comando da vida pública nacional, na administração, no Parlamento, no comércio, na indústria, no ensino, a sêcca, tal como se apresentava, era um fato novo”. Poucos anos depois, em 1889, já se percebia que “até então [1877] não se sabia o que era uma sêcca!”⁹

A marcha dos retirantes em direção às cidades do litoral era marcada pelos mais impressionantes obstáculos. O abandono de suas casas e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuvas já se haviam desvanecido e os últimos grãos, que ficariam para as sementes, já haviam sido consumidos. Isso significa que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição destas famílias: já saíam famintos de suas terras!

Chegando à capital, todavia, as esperanças de terminarem com seu sofrimento eram imediatamente frustradas, já que os serviços organizados para absorver esta mão-de-obra não obedeciam às regras habituais das relações de trabalho; eram formas de ocupar estes retirantes que invadiam a cidade e que, portanto, não precisavam submeter-se aos mecanismos costumeiros das relações paternalistas que regiam e pretendiam neutralizar os conflitos entre a plebe rural e os proprietários de terras.

Os commissarios, distribuidores de socorros, tinham ordem de dar ração ao retirante unicamente no dia de chegada. No dia seguinte, se queria ter direito a socorro, devia de ir á pedreira do Mocuripe, uma legua distante da capital, carregar pedras! Uma viagem de duas leguas, com o peso de 15 kilogrammas, pouco mais ou menos, aos hombros, seria nada para um organismo são e vigoroso, mas para um enfermo, que tinha os membros tolhidos do cansasso de tantos dias de jornada, era bastante para acabar de extenuar-o, roubando-lhe depois a vida.¹⁰

Enfim, “o retirante, se queria comer, trabalhava, como também a mulher, a filha e o filho menor”.

⁸ *Cearense*, 29 abr. 1877; Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., pp. 80, 124-125, 353-354 e 365.

⁹ José Aurélio Saraiva Câmara, *Fatos e documentos do Ceará provincial*, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970, pp. 110-111.

¹⁰ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará (1877-1880)*, op. cit., p. 132.

Não tinham dó do sexo fraco. Todos os dias pela manhã seguiam aquelas pobres mulheres para a pedreira do Mucuripe, e de lá voltavam, alto dia, trazendo uma pedra para os calçamentos que se estavam fazendo. Aquelas infelizes, escavadeiras, trambecando de inanição, faziam esta viagem de duas léguas, quer estivessem grávidas ou assistidas.¹¹

A ajuda oficial, assim, ao contrário da “caridade pública”, estava condicionada, pelo menos em parte, ao trabalho:

[...] fosse como medida de mero combate à seca, como necessidade de disciplina social, ou como ideal de progresso material para a província, pode-se dizer que a política assistencialista do Estado imperial, que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, foi rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho.¹²

Se a caridade nada pede em troca, os socorros oficiais jamais poderiam ser oferecidos sem que se transformassem em um investimento para o futuro, já que “ninguém quererá contestar as vantagens resultantes de tais trabalhos e com eles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores”, “evitando-se assim a ociosidade, que nestas, assim como em todas as circunstâncias, torna-se a nascente de todos os vícios”.¹³ Ao mesmo tempo, “não pode ser função pública a alimentação do ocio e da preguiça, nem a fomentação da inercia, da imprevidencia e da mendicancia pela charidade official não temperada pela organização do trabalho.”¹⁴

Por outro lado, uma excessiva preocupação com a estabilidade social fazia com que o trabalho fosse pensado “como elemento vital na ordem e na consecução da tranqüilidade pública”, objetivando combater “o ócio gerador de perturbações internas”. Mesmo assim, os serviços serviriam a estes propósitos especialmente por não demandar do governo o dispêndio com salários, já que “exigem apenas as despesas de alimento e vestuário”.¹⁵ Uma tensão entre uma urgente necessidade de ocupar essa massa de retirantes famintos e uma racionalidade econômica e administrativa, baseada num cálcu-

¹¹ Idem, *A seca de 1915*, 2. ed., Fortaleza, UFC, 1982, p. 65.

¹² José O. de Souza Chaves, *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*, dissertação de Mestrado em História apresentada à UFPE, Recife, 1995, p. 91.

¹³ *Cearense*, 18 abr. 1877 e 26 jul. 1877.

¹⁴ Ceará, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros* [...], op. cit., p. 44.

¹⁵ Luciara S. de Aragão e Frota, *Documentação oral e a temática da seca*, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1982, p. 156.

lo das possibilidades técnicas disponíveis, já se esboçava neste momento inicial.

Assim, tanto o calçamento das ruas centrais de Fortaleza — onde habitava sua elite orgulhosa da beleza, organização e simetria de sua cidade, o que pode ser apreciado nas fotos e postais de início do século XX — quanto os trilhos da extensão da estrada de ferro de Baturité — que iria minorar as penúrias dos retirantes das secas seguintes, além de possibilitar o transporte do algodão a partir da década de 1910 — seriam obras implantadas nestas condições de trabalho, resultados do esforço sobre-humano de retirantes fracos, andrajosos e indigentes. A beleza da cidade foi construída pelas “múmias famintas” e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877, apresentados, nos relatórios, como simples “melhoramentos públicos, resultantes da sêcca”.¹⁶

Na capital, assim como em Aracati, o governo procurou organizar os acampamentos de refugiados — os “abarracamentos”, ajuntamentos de retirantes que procuravam se arranjar sob as árvores ou construindo precárias barracas de palha — através de comissões de socorro formadas por pessoas pertencentes às classes mais abastadas da cidade. Os abarracamentos foram divididos em distritos, nove a princípio, mas que chegaram a onze ao final de 1878, e os retirantes foram divididos em turmas. Criaram-se cargos remunerados para a direção destes distritos — comissários, administradores, encarregados de escrituração etc. — enquanto os chefes de turma eram escolhidos entre os próprios retirantes, “voluntariamente”. Várias instruções baixadas pelos presidentes da província no ano de 1878 demonstram a dificuldade de administrar essa população faminta. As obras públicas e as esmolas, assim como a alimentação, eram objeto de inúmeros tipos de irregularidades. Aproveitadores procuravam meios de enriquecer à custa dos recursos destinados aos socorros, utilizando-se da singeleza e fragilidade dos métodos de controle e fiscalização.¹⁷

A necessidade de controlar os abusos, por outro lado, assim como de definir rigorosamente os critérios para a distribuição dos benefícios, levou ao

¹⁶ Ceará, *Relatório com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a Administração da Província do Ceará ao Exm. Sr. Conselheiro João José Ferreira d’Aguiar, Presidente da mesma Província, em 23 de Novembro de 1877*, p. 22.

¹⁷ Ver as instruções baixadas pelo conselheiro Aguiar, presidente da província entre novembro de 1877 e fevereiro de 1878, citado por Rodolpho Theophilo, *História da seca do Ceará*, op. cit., pp. 160-162.

estabelecimento de uma regulamentação dos socorros e dos beneficiários, dividindo os retirantes em categorias, conforme, principalmente, sua situação de saúde.

Os socorros autorizados foram os seguintes: esmolas para os inválidos e famílias que não pudessem subsistir com o seu trabalho; salário para os válidos que fossem empregados em serviços públicos; alojamento e roupa indispensável; rações para os recém-chegados e emigrantes; medicamentos e dietas para os enfermos; transporte para os emigrantes.¹⁸

Ao mesmo tempo, uma tentativa de disciplinar a própria instalação e organização dos abarracamentos já se insinuava, buscando controlar os movimentos dos retirantes no interior da cidade, o que, mais tarde (1915), iria se transformar em campo de concentração.¹⁹ Estabelecendo uma divisão entre os sertanejos em turmas lideradas por um dentre eles, uma hierarquia na supervisão oficial e, especialmente, determinando que a distribuição dos socorros fosse feita no interior dos abarracamentos, o poder público poderia restringir a circulação dos indigentes indesejados. Tentando limitar os contatos da população local com os mendigos, o presidente da província ordena que “o socorro às famílias abarracadas será publicamente prestado nos próprios abarracamentos, em dias marcados para cada um deles”.²⁰

Os pobres da capital, “uma classe que soffria atrozmente em consequencia da seca”, classificada como “pobreza envergonhada”, também mereceria as atenções dos dirigentes do governo. Uma “comissão domiciliar”, composta por “membros distintos da sociedade cearense”, tratou de esquadrinhar as famílias pobres residentes em Fortaleza com o objetivo de estabelecer quais, “por seu estado de pobreza, não podiam subsistir sem auxilio do Estado”.

A emigração para a Amazônia era uma outra forma de evitar o contato, além de ser, igualmente, um outro recurso para fugir dos efeitos da seca, do ponto de vista dos retirantes. Mesmo assim, era uma outra viagem perigosa a ser enfrentada, tanto pelos obstáculos relativos às condições dos navios, quanto pelo trabalho nos seringais da floresta amazônica.

Já no embarque os retirantes enfrentavam os mais inusitados desafios, com os desmandos dos responsáveis pelo alistamento e alojamento das famílias.

¹⁸ Ceará, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros* [...], op. cit., p. 48.

¹⁹ Ver Frederico de C. Neves, “Cural dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)”, *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, São Paulo, 1995, pp. 93-122.

²⁰ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., p. 186.

O embarque era feito de um modo afflictivo. Os encarregados do transporte para as lanchas arrancavam as crianças dos braços maternos e levavam-nas como fardos que sacudiam sem piedade no fundo da embarcação. As mulheres eram carregadas a empurrões, sem o menor respeito, entre ditos indecentes. A moça, a donzella não encontrava no meio daquela multidão selvagem e sem caridade, o respeito devido a seu estado.

As denúncias contra os maus tratos não demoraram e “todos os dias a imprensa da capital registrava cenas que se passavam com os infelizes que deixavam o torrão natal”. Em 12 de setembro de 1877, o vapor Pernambuco deixa o porto em direção ao Pará, levando apenas uma parte dos retirantes alistados para a viagem, separando famílias e abandonando bagagens. No cais, “só se ouviam prantos e gritos de desespero”; no navio, o comandante “olhava para aquela cena angustiada com uma frieza, com uma indiferença de bruto”.²¹

Embarcar, contudo, nem sempre poderia ser a melhor solução. Os relatos conhecidos das condições de trabalho e salubridade nos seringais amazonenses traziam insegurança e temor. Porém, tudo parece fazer crer que a política de migração para o Norte teria sido uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde — estratégia que se combinava com a expansão das atividades de extração da borracha na Amazônia.

Se a opção de emigrar para a Amazônia já era arriscada desde o embarque, a estadia na capital cearense e nas cidades litorâneas maiores não seria muito diferente.

Além dos infortúnios relativos ao trabalho, aos socorros, aos abarracamentos etc., as epidemias iniciaram uma nova e rápida frente de mortalidade entre os retirantes. Febres, diarreia, desenteria, anasarca, beribéri e, de

²¹ Id., *ibid.*, pp. 133, 113-114 e 179-180. Theophilo procurou registrar as desventuras dos migrantes na Amazônia escrevendo o romance *O paroara*. Em outro romance, *A fome*, de 1890, ele relata o mesmo episódio com o vapor Pernambuco e ainda comenta: “era a emigração a última desgraça reservada ao cearense; e a emigração forçada, porque não queriam sair e o governo da província a isso os obrigava, diminuindo todos os dias os socorros”. Rodolpho Theophilo, *A fome. Violação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 127. Segundo Girão, deixaram o Ceará, durante a seca de 1877-1880, 54.875 pessoas, a grande maioria em direção aos seringais da Amazônia. Ver Raimundo Girão, *Pequena história do Ceará*, 4. ed., Fortaleza, Imprensa Universitária, 1984, p. 248. Segundo o Barão de Studart, no entanto, foram 125 mil os “expatriados”, cf. Guilherme Barão de Studart, *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*, Fortaleza, Typographia Minerva, 1909, p. 45.

modo especial, a varíola hemorrágica — “molestia terrível e fatal, e ainda não conhecida na província” — fizeram um número incalculável de vítimas. Segundo Rodolpho Theophilo, “a população adventícia da capital decrescia de um modo espantoso”: em quarenta dias, entre setembro e novembro de 1878, a população caiu de 114.404 para 108.656 por obra das doenças que grassavam nos abarracamentos. Ele calculava em 40 mil os “variolosos” em novembro; em dezembro, já eram 80 mil! No dia 10 de dezembro do mesmo ano, “havia falecido de varíola 1.004 pessoas na capital e seus subúrbios”; a sobrecarga de trabalho para os coveiros fez com que restassem 230 “cadáveres insepultos” para o dia seguinte.

A varíola havia chegado ao auge do furor! O pânico estava disseminado pelos habitantes da cidade, o luto cobria todas as famílias e a tristeza morava em todas as habitações!²²

Em 1878, o número total de mortos foi assustador.²³ O lazareto da Lagoa Funda não dava conta da demanda de doentes, nem os coveiros davam conta do enterro dos corpos. Mesmo com a criação de novos lazaretos, elevando a capacidade de atendimento para seis mil doentes, e com a dedicação de médicos, enfermeiros e religiosos, a mortalidade não decresceu. Uma dedicação que parecia ainda mais humanitária em contraste com o ambiente em que sobreviviam os doentes.

Um lazareto, pode-se dizer, é um lago de pús onde boiam enfermos, moribundos e mortos! É a morada do sofrimento, é um foco de podridão, á cuja vista todos fogem excepto as affeições caras e sinceras e a caridade, sublime filha de Deus. D’estes tristes logares tudo havia fugido excepto o medico, que a sciencia havia atado ao leito do enfermo, os enfermeiros que a falta dos meios de subsistencia prendia ali, e as irmãs de caridade que, fieis a seu voto, iam procurar a humanidade nos seus mais angustiosos momentos, para cumprirem assim a promessa que haviam feito ao Crucificado.²⁴

²² Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., pp. 229 e 240-241.

²³ Em apenas dois meses de 1877, “a epidemia vitimou 27.378 retirantes nos arrabaldes de Fortaleza”, cf. Sebastião R. Ponte, *Fortaleza Belle Epoque*, op. cit., p. 85. Quanto ao total de mortos, os números não são seguros: José O. de Souza, com base em levantamento no jornal *Cearense*, calcula em 57.766; o Barão de Studart, por sua vez, chega ao número de 67.267 mortos em Fortaleza e 180 mil em todo o estado, cf. Guilherme Barão de Studart, *Climatologia [...]*, op. cit., p. 46. Pode-se supor, todavia, que não só os números causavam impacto, mas especialmente a forma e as circunstâncias em que estas mortes ocorriam.

²⁴ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., p. 238.

O transporte dos mortos era, segundo Theophilo, um outro foco permanente de disseminação das epidemias. Quando o morto era homem de algumas posses, mesmo que poucas, “deitavam o cadaver em uma rêde, depois prendiam-no pelas extremidades em um longo páo, e dous homens conduziam-no para o cemitério”; quando não, “era o corpo envolvido em um pedaço de estopa velha, da que havia servido para enfardar a carne do sul, depois amarravam-no pela cabeça, cinta e pés a um páo e conduziam-no á valla commum”. O trajeto para o cemitério, porém, incluía as ruas centrais da cidade, orgulho de seus habitantes, e ainda não atacadas pela epidemia. Os carregadores, quase sempre embriagados, freqüentemente cansavam-se no caminho, “paravam e deitavam a rêde com o cadaver sobre a calçada, mesmo nas ruas mais publicas e frequentadas”, horrorizando as famílias, que “fugiam de chegar ás janelas de suas casas, porque não estavam livres de ver um corpo [...] semi-nú, banhado de pús e exhalando um cheiro extraordinariamente fetido e nauseabundo”; horrorizando, principalmente, o saber médico consciente do farmacêutico ocupado em enfrentar com vacinas fabricadas em seu próprio vacinogêneo doméstico uma epidemia que se alastrava sem cessar.²⁵

Ao lado das doenças, a criminalidade aumentou consideravelmente durante os anos 1877, 1878 e 1879, apavorando autoridades, observadores e retirantes. Todos, de uma forma ou de outra, sofriam os efeitos do caos em que se tornou a vida urbana e rural no Ceará.

Na cidade, os furtos são freqüentes. Grupos de assaltantes se formam, aproveitando o grande movimento de pedintes pelas ruas, abordando pessoas e casas. Rodolpho Theophilo, para quem “o furto se havia desenvolvido entre os retirantes de maneira incrível”, chamou a atenção para um aspecto peculiar do principal grupo de assaltantes da capital. A assim chamada “companhia da russega” — uma referência ao instrumento usado pelos assaltantes, usado para furar as sacas de grãos — “era composta em sua totalidade de

²⁵ Id., *ibid.*, pp. 224-225. No conto *Violação*, apesar de ter como referência histórica a epidemia de cólera em 1862, Rodolpho Theophilo também relata esta forma de transporte dos corpos e manifesta toda a sua indignação ante o “barbarismo” dos carregadores: homens “envilecidos pela miséria”, normalmente “galés” (condenados pela Justiça) à procura de aliviar suas penas. Ver Rodolpho Theophilo, *A Fome. Violação*, op. cit., pp. 248-256. Para uma pequena análise deste conto, ver Frederico de C. Neves, “Cenas de civilização e barbárie”, *O Povo*, 2 jun. 1995. Para uma análise das condições sanitárias em Fortaleza neste período e uma descrição da campanha de vacinação, ver o próprio Rodolpho Theophilo, *Variola e vacinação no Ceará*, Fortaleza, Oficinas do Jornal do Ceará, 1904.

meninos de sete a doze anos”.²⁶ Soltos pela cidade, longe do controle familiar, encontravam uma certa liberdade na circulação pelo espaço urbano, causando temor na população e obtendo uma alimentação melhor às custas de pequenos ou grandes furtos nas casas de pessoas abastadas.

De fato, a fragilidade da fiscalização e a crítica situação dos retirantes acabava por colocá-los com o pretexto e a ocasião em mãos. O transporte de gêneros para os abarracamentos, feito pelos próprios retirantes, era o momento ideal para subtrair aos sacos de farinha algo mais para alimentar a família. “Todos furtam”, brada Rodolpho Theophilo, “porquanto muito convencidos estavam de que tudo era do Rei e por consequencia lhes pertencia”. Na polícia, quando era o caso de haver prisões, “defendiam-se dizendo que estavam com fome”.

Duas fontes de legitimação se pronunciavam aqui. A primeira, abortada pela proclamação da República, estabelecia, no plano da cultura, uma vinculação direta com o imperador D. Pedro II, que simboliza e personifica a caridade e a proteção aos pobres. A segunda, que se desenvolverá por todo o século XX, assegura, no plano do direito, a imposição da “lei da vida” sobre a “lei da propriedade”, garantindo um suporte moral indispensável para os famintos que roubavam alimentos; algo que somente o Código Penal de 1940 irá contemplar, ao incluir o “furto famélico” entre os casos de “estado de necessidade”, em que o delito deixa de existir.

O romance *A fome* reforça esta visão dos retirantes como criaturas à beira de um ataque de perversão, possuidoras de valores morais e éticos bastante frágeis e sempre propensas às formas pouco confessáveis de ganhar a vida. Mesmo entre os desafortunados da seca, contudo, o autor faz distinção entre os pobres e os homens de posição. O coronel Manuel de Freitas, por exemplo, era um proprietário de terras que perdeu tudo com a estiagem, mas que, mesmo vivendo na cidade inteiramente à custa de um corrupto comissário de socorros, não concordava em receber dinheiro da verba “Socorros Públicos”, aceitando a ajuda como uma oferta pessoal. Aceitaria um emprego para ganhar um salário, embora concordasse que “o transporte de pedras” fosse “uma medida vexatória e extravagante”, indigna de sua posição. Mantinha sua dignidade. O mesmo não acontecia com os outros retirantes, que mendi-

²⁶ Rodolpho Theophilo, *História da seca do Ceará*, op. cit., pp. 353-354. Depois de afamada por seus roubos espetaculares, a “companhia da russega” foi o pretexto final para a criação da “Colônia Orphanologica Christina” pelo presidente da província, pressionado pela “necessidade de abrigar a infância orphã”. Id., *ibid.*, p. 390.

gavam, carregavam pedras e procuravam por todos os meios ganhar sem trabalhar.²⁷

A corrupção era outro crime a se espalhar pelo terreno movediço da desorganização social. As denúncias se sucediam, os relatos também. Poucos, no entanto, além de alguns que perderam seus empregos comissionados, foram punidos. O jornal *O Retirante* fazia denúncias semanais, cobrando dos presidentes da província uma posição mais firme contra os atravessadores, os açambarcadores e os corruptos, entendendo que a responsabilidade no atendimento às vítimas da seca — de proteção aos pobres em momentos de escassez — era do governo, na impossibilidade de os proprietários, eles mesmos, poderem fazê-lo.²⁸ Os comerciantes, em períodos de escassez, sempre são objeto da desconfiança popular.

Os preços subiram descontroladamente. Os gêneros colocados à disposição dos retirantes foram objeto de ampla exploração. As verbas dos socorros públicos, segundo denúncias dos jornais, “não conseguiram socorrer senão as comissões, os comissionados, as subcomissionadas e protegidas”, em que “fica muita casa-farta, muita grimpá erguida com os despojos da miséria”.²⁹ De fato, segundo o mesmo cronista, “os especuladores tiravam partida das condições anormaes” e, indo contra o livre funcionamento do mercado, algumas autoridades procuravam intervir, aumentando a oferta de alimentos.

A carne verde custava 640 a 800 réis o kilogramma! A camara municipal de Fortaleza, achando exaggerados aqueles preços, resolveu abrir competencia

²⁷ Idem, *A Fome. Violação*, op. cit., p. 116.

²⁸ Este jornal foi criado com o objetivo de dedicar-se à “causa dos famintos”, procurando enfocar os problemas contemporâneos do ponto de vista dos retirantes. Era de propriedade do sr. Francisco Perdigão, que, “abalado com o soffrimento dos indigentes, atacava desabrido a administração, ultrapassando muitas vezes os limites da accusação séria e moralizada, e ferindo com insultos ao presidente da província”. Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., p. 172. *O Retirante* trazia como subtítulo: “Orgam das victimas da secca”. José do Patrocínio, em missão jornalística a serviço do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, teve diferente impressão. Para ele, *O Retirante* significava apenas o veículo de “uma resistência hedionda contra o pujante caráter do presidente Aguiar”; apresenta o jornal como “o poste infamante em que a própria família do honrado presidente foi amarrada para ser coberta da baba asquerosa dos mais infames detratores que a terra tem produzido”. *Gazeta de Notícias*, 12 set. 1878, citado em José Aurélio S. Câmara, *Fatos e documentos do Ceará provincial*, op. cit., p. 151.

²⁹ *O Retirante*, 28 out. 1877. Ver também Luciara S. de Aragão e Frota, *Documentação oral e a temática da seca*, op. cit., p. 155: em sindicância empreendida, por conta das denúncias de “fraudes e engodos”, ficou constatado que o “cerne das irregularidades aprovadas se ligam ao modo de como foi empregado o dinheiro fornecido pelo Império”, já que “a escrituração do Tesouro no Ceará estava em dia”.

com os marchantes, e mandou matar gado por sua conta, fazendo d'este modo descer os preços a 320 e 400 réis por kilogramma.³⁰

Os crimes, porém, não se resumiam a furtos, assassinatos e brigas. Uma das grandes preocupações das autoridades e dos moradores era com a prostituição, que “apodrecia a população adventícia da capital”. Uma predisposição natural aos vícios morais e ao crime poderia ser resultado da miséria, mas sempre seria necessário o agente “seductor”, nem sempre, ou quase nunca, um pobre retirante, mas “o miseravel grande, que á custa do valor de suas moedas, comprava em sua porta a honra das donzellas a vis e asquerosas mulheres, que a natureza desgraçadamente fizera mães!”

Historiando os factos com a imparcialidade que nos impõem o dever e o criterio, não podemos deixar de estigmatizar a infamia de opulentos, que, devorados pela sensualidade brutal dos jumentos, pactuam com mães corrompidas e desalmadas, comprando-lhes friamente a honra das filhas.

As mulheres, em Theophilo, aparecem como santuários da virtude, mas com poucas possibilidades de ação autônoma. A prostituição é sempre um ato externo, vindo de um agente corruptor que, contra a vontade da mulher, a leva à perversão através de variados estratagemas, dos quais a pressão financeira é preponderante. A miséria aparece sempre como origem de inúmeros vícios e crimes. Uma vez prostituídas, todavia, as mulheres jamais se livrarão desta marca e “vagarão por muitos annos, como negros testemunhos da bruteza humana”, “perdidas pela libidinagem dos reprobos sociaes”.

Vimos algumas meninas perdidas pela perversidade d'esses covardes. Entre ellas duas menores de dez annos e já tão pervertidas como a mais devassa Messalina.³¹

Novamente o romance *A fome* pode lançar algumas luzes sobre esta questão. Carolina, filha do coronel Manuel de Freitas, resiste aos assédios do comissário Arruda, firme em seus princípios morais, mesmo adoecendo por má alimentação e tristeza. Nem lê o livro emprestado pelo comissário, argumentando: “ — Permita que peça o favor de dá-lo a meu pai; nada leio sem que ele o autorize”. Segundo o coronel, muito zeloso pela educação da filha, tratava-se de um “romance de época”, desses “estudos psicológicos, que devem ser lidos por espíritos cultos e amadurecidos”. Já Vitorina, uma órfã

³⁰ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., pp. 326-327.

³¹ Id., *ibid.*, pp. 353 e 389.

pobre, filha de retirantes, largada num abarracamento de indigentes famintos, sem educação ou, principalmente, sem orientação de um pai ou irmão mais velho, não tem a mesma sorte e cede às tramas infames dos “seductores”. Foi ameaçada de ter sua “dieta” cortada e, depois de ser alcoolizada, entregou-se “sem resistência” ao mesmo comissário Arruda. Pela manhã, “saiu incorporada às prostitutas”: “uma noite de crápula bastou para crestar aquela flor de quatorze anos”.³² Os padrões da desigualdade social se reproduzem na economia da sedução.

Nesse clima, onde imperavam a fome, os desmandos, os crimes e o caos, os conflitos abertos não demoraram a surgir, segundo informa Rodolpho Theophilo na sua *História da secca*. Sinais de uma reação coletiva um pouco mais organizada e articulada começavam a aparecer no interior dos abarracamentos, nas ruas, nos postos de distribuição de alimentos, chegando ao palácio do governo. A princípio, os retirantes realizam petições às autoridades, reclamando novas medidas de atendimento ou protestando contra a insuficiência das medidas existentes. Uma atitude nova, diferente dos padrões rurais de relacionamento com as autoridades, em que a submissão dos camponeses é parte integrante de sua integração social e os proprietários assumem integralmente a intermediação entre o que eles entendem ser as necessidades da população e os dirigentes do Estado.

Em 7 de dezembro [de 1877], os retirantes domiciliados em Arronches, não recebendo rações, havia muitos dias, vieram ao palacio do governo, em numero superior a 500, todos chefes de familia, implorar do presidente uma esmola para não morrerem á fome.

A reação foi de desprezo pela ação dos pobres. Sem tomar conhecimento da ocupação das áreas próximas ao palácio pelos retirantes, “o presidente demittiu imediatamente o subdelegado de policia e exonerou a commissão de socorros, pelo facto de terem deixado sahir da povoação os infelizes famintos”.

No entanto, a ação não foi de todo malsucedida, já que, “n’este mesmo dia, foi mandado tomar conta da commissão um official do 15^o batalhão de infantaria, o qual conduziu algumas saccas de farinha para distribuir com os retirantes.”³³

³² Idem, *A fome. Violação*, op. cit., pp. 107, 113 e 137-140.

³³ Idem, *História da secca do Ceará*, op. cit., pp. 136-137.

Assim, uma medida disciplinar se combina a outra de caráter conciliatório, procurando articular duas formas de ordenar o espaço urbano, a autoritária e a paternalista. De qualquer maneira, o desconhecimento oficial destas atitudes que colocam em questão a ordem revela-se nos relatórios e, ao mesmo tempo, revela a percepção de que, para as autoridades, o campo da política não as inclui.

Também em abono dos sentimentos cordatos e pacíficos da população convem produzir a confissão de que, qualquer que tenha sido o lance apertado de sua situação e os inumeros soffrimentos que ella lhe haja imposto, ainda não sahio do terreno legal, nem empunhou o facho da desordem e anarchia, procurando na violencia dos direitos mais sagrados a satisfação de suas mais palpitantes necessidades.³⁴

Em março de 1878, no entanto, a situação financeira da província era a pior possível. Os víveres destinados aos retirantes escasseavam, os produtos à disposição nos mercados da capital estavam com os preços excessivamente elevados e, por fim, “se achavam exauridos e esgotados os cofres da Thesouraria de Fazenda”. A distribuição das rações tornava-se muito irregular e os pagamentos foram restringidos. No dia 18, “depois que voltaram da pedreira”, os retirantes, sem receberem as rações “havia tres dias”, encontraram a pagadoria em condições de distribuir novas rações apenas para poucos. O protesto foi geral e “os retirantes, que haviam sido excluidos, atacaram a pagadoria”. O conflito se generalizou entre os famintos e uma pequena força policial foi “debandada a pedradas”. Com a chegada dos reforços, a repressão foi imediata, colocando em confronto as pedras com “tiros de espingarda”, obrigando os retirantes a se dispersarem desesperadamente pelas ruas próximas à praça do Herval, fugindo das balas e das espadas dos policiais a cavalo. Ao final, algumas crianças foram encontradas entre os feridos.

Rodolpho Theophilo ironiza a vitória das forças da ordem: “a’s 3 horas da tarde, voltava o *exercito pacificador*, precedido de uma banda de musica, tocando os *hymnos da victoria*, e tendo á frente o *bravo* que mandou atirar sobre miseraveis que estavam morrendo á fome!”

A atitude dos responsáveis pela manutenção da ordem revoltou o farmacêutico, muito mais inclinado a medidas de natureza humanitária que se aproximam dos modelos clássicos de relacionamento do paternalismo.

³⁴ Ceará, *Falla com que o Exm. Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa* [...], 2 jul. 1877, op. cit., p. 38.

A população inteira da capital deplorava tão triste acontecimento, que ter-se-hia evitado com algumas saccas de farinha e poucos fardos de carne.³⁵

Sem embargo da permanência de elementos marcantes do paternalismo nas relações entre os pobres, as autoridades governamentais, os proprietários e a população urbana, novas formas de manifestação de uma energia contestatória represada pela submissão e garantida pela proteção, se gestavam neste novo contexto. Isso gerava um clima de tensão em que os conflitos se sucediam: “rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato”.³⁶

Assim, atitudes de certo modo previstas e temidas passam a ter lugar num ambiente social propício à propagação da revolta. Não só se sabia da insuficiência dos socorros, mas das cenas de miséria e conflito aqui descritas, o que desenvolvia um temor diante da possibilidade concreta de um confronto generalizado entre os pobres e a população abastada da cidade.

No dia em que negarem socorros, ou estes não estiverem em proporções com as exigências da população esfomeada, repetir-se-hão aquelas sangrentas e horríveis scenas de que a história tantas vezes nos fala.³⁷

Assim, mais do que a miséria, teme-se a revolução, representada pela demonstração violenta da insatisfação dos pobres para com a ordem constituída. Uma ordem, aliás, ainda permeada por elementos ambíguos de modelos que se digladiam. Mas o que se tem presente nestas representações é a idéia matriz de que a pobreza não só é origem dos vícios do corpo e da alma, dos crimes e da desonra, como também da revolta e da revolução.

Concretamente, o temor da população era de que os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e os estabelecimentos comerciais para satisfazer sua fome animal e, embriagados pela violência, destruíssem o próprio tecido social.

De fato, as mudanças no interior da ordem paternalista ainda não haviam sido tão radicais para permitir uma interpretação das regras do jogo fora

³⁵ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará.*, op. cit., pp. 177-178. Para uma aproximação muito interessante entre humanismo e paternalismo, ver Gertrude Himmelfarb, *La idea de la pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial*, México, Fondo de Cultura Económica, 1988, pp. 209-223. A autora mostra como a ética paternalista podia ser “autoritária, hierárquica, orgânica e pluralista” mas, de certa forma, igualmente humanitária, já que englobava ricos e pobres como parte do mesmo todo social e definia a pobreza como um fato da natureza.

³⁶ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará.*, op. cit., p. 225.

³⁷ *Cearense*, 25 out. 1877.

do modelo clássico de relacionamento do tipo “submissão *versus* deferência”. Isso só iria acontecer após 1932. Mas, mesmo assim, alguns relatos nos indicam mudanças significativas nestas relações.

No dia 12 de março de 1878, em Aracati, alguns retirantes “assaltaram uma lancha que descarregava generos do governo, de bordo do vapor *Conde d’Eu*, e furtaram 43 saccas de farinha”. O que, a princípio, parecia ser um furto a ser consignado entre os atos criminosos comuns, negligenciado pelas autoridades, mais tarde se percebeu ser algo que se articulava com maior complexidade. Um mês depois, um novo ataque “provava evidentemente o interesse que havia da parte dos agitadores do socego publico em desmoralisar o novo agente” [de distribuição de gêneros]. Desta feita, apesar da proteção policial requisitada, as canoas que descarregavam o vapor *Ipujuca* “foram assaltadas por uma turma de oitenta emigrantes”. O conflito resultou na “morte de cinco dos assaltantes e muitos ferimentos”; nenhum dos soldados, porém, “sahiu com o mais leve ferimento”.

Os ataques, apesar do impacto que causaram, não abalaram as formas de percepção que se desenvolviam a respeito da capacidade que homens pobres, camponeses, submissos, tinham de agir autônoma e coletivamente na busca de seus interesses, mesmo que os mais imediatos. Haveria, sempre, de existir os “advogados do povo”, os “perturbadores da ordem publica” que “não perdiam ocasião de sublevar os retirantes” etc. etc.³⁸

Já em seus primeiros atos, portanto, a multidão é desqualificada enquanto sujeito. No entanto, essa é uma história que está apenas começando, já que as cidades cearenses, e especialmente Fortaleza, iriam se transformar, a partir de 1877, no principal cenário da seca. Aos poucos, um aprendizado, dividido entre os pobres e as autoridades, irá modelar uma nova estrutura de sentimentos que orientará as relações entre os retirantes das secas e a população urbana e seus representantes políticos.

Rodolpho Theophilo, que prestará à população pobre inestimáveis serviços como farmacêutico (empreendendo uma vacinação em massa da população nos abarracamentos e no campo de concentração de 1915), também observará o grande paradoxo de uma sociedade que se moderniza mas que, ao mesmo tempo, produz seus próprios “bárbaros”, os quais, sempre famintos e quase sempre revoltados, na primeira oportunidade (1912) irão destruir os símbolos mais visíveis desta modernidade — os bondes, os pos-

³⁸ Rodolpho Theophilo, *História da secca do Ceará*, op. cit., p. 253.

tes de iluminação, as fábricas, o calçamento das ruas — ou seguirão um líder messiânico (Padre Cícero, em 1914) em sua cruzada política tradicional.³⁹ Pobres que encontrarão nas invasões, nas ameaças às cidades e nos saques — as ações da multidão no século XX — uma estratégia eficiente, embora anacrônica, para questionar a distribuição da riqueza social em tempos de crise, de escassez, de seca.

A seca de 1877 marca, assim, a emergência deste novo sujeito coletivo, com o qual a sociedade brasileira ainda hoje presta contas.

[Recebido para publicação em agosto de 1998]

³⁹ Ver, do próprio Rodolpho Theophilo: *A libertação do Ceará (A queda da oligarquia Accioly)*, Lisboa, Typographia A Editora Ltda., 1914; e *A sedição do Joazeiro*, São Paulo, Revista do Brasil, 1922.